

ACTA Nº04/2008

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E SETE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E OITO. -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de Junho, do ano de dois mil e oito, pelas dezasseis horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no cine-teatro municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 18 de Junho do ano de dois mil e oito**, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA"** – (grelha A) -----

-----**01.01** – Apreciação e votação da acta nº03/2008 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2008.04.24; -----

-----**01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Apreciação e votação da proposta camarária relativamente aos «Topónimos das povoações do município de Ourém» – (grelha A); -----

-----**02.02** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao «Regulamento do serviço municipal de protecção civil do concelho de Ourém», nos termos da alínea a), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento do programa de reabilitação urbana da cidade de Fátima», nos termos da alínea d), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativamente ao «revestimento florestal – isenção de taxa municipal – plantação de árvores», nos termos do n.º2 do art.º12, da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais; -----

-----**02.05** – Tomada de conhecimento do «balanço analítico e demonstração dos resultados, do Centro de Negócios de Ourém, Limitada», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.06** – Tomada de conhecimento do «Relatório de Contas de 2007, da RIBACARNE – Matadouro Regional do Ribatejo Norte, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A). -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS (ADITAMENTO):** -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

-----**02.07** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para isentar do pagamento de taxas relativo ao licenciamento de obras particulares – Centro Desportivo Social e Cultural de Cercal – Vales e Ninho; -----

-----**02.08** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para isentar do pagamento de taxas relativo ao licenciamento de obras particulares – Centro de Bem Estar do Bairro; -----

-----**02.09** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para isentar do pagamento de taxas relativo ao licenciamento de obras particulares – Centro Social Paroquial de Freixianda; -----

-----**02.10** – Apreciação e votação do pedido camarário no que concerne à emissão de interesse público relativamente à ampliação do cemitério de Outeiro das Matas – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----

-----**02.11** – Apreciação e votação do pedido camarário relativamente à emissão de declaração de interesse público municipal no que concerne à instalação de uma Estação de Triagem e Tratamento dos Resíduos Sólidos de Construção e Demolição (RDC); -----

-----**02.12** – Apreciação e votação do pedido camarário relativamente à Moção apresentada pela Junta de Freguesia de Alburitel no que respeita ao IC9 – Nó de Alburitel; -----

-----**02.13** – Tomada de conhecimento da situação problemática da saúde no concelho de Ourém; -----

-----**02.14** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Miguel Lopes Mangas Reis; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Carina João Reis Oliveira; -----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

-----Francisco Caetano;-----

-----Francisco Gonçalo Nunes André; -----

-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----

-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo; -----

-----João Carlos Gameiro Rodrigues; -----
-----João Pereira Trezentos; -----
-----Joaquim dos Reis Gonçalves; -----
-----José Augusto Dias dos Reis; -----
-----José Custódio Ribeiro Faria;-----
-----José da Silva Pereira; -----
-----José Ferreira Vieira;-----
-----José Maria Henriques de Sousa; -----
-----Luís de Sousa e Silva; -----
-----Manuel Lourenço Dias;-----
-----Manuel Rodrigues Antunes;-----
-----Manuel Tavares Lopes; -----
-----Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
-----Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
-----Mário João de Oliveira Santos; -----
-----Natálio de Oliveira Reis; -----
-----Nelson Carlos Lino Lopes; -----
-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes;-----
-----Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----
----- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia
Municipal, senhores: -----
-----Avelino da Conceição Subtil; -----
-----José Maria do Padre Castelino e Alvim. -----
-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a senhora
Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou
aberta a sessão, pelas dezasseis horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as

boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

----- Senhor Presidente da Câmara: -----

----- David Pereira Catarino. -----

----- Senhor Vereador em regime de permanência: -----

----- João Manuel Moura Rodrigues; -----

----- Não compareceram os Vereadores em regime de permanência, senhores: -----

----- Humberto Lopes da Piedade; -----

----- Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- José de Oliveira Fernandes; -----

----- José Manuel Pereira Alho; -----

----- Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal prestou as seguintes informações: -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se representar os seguintes presidentes de junta de freguesia: -----

----- A Presidente de Junta de Freguesia de Gondemaria, senhora **Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva**, fez-se representar pelo Secretário da citada junta de freguesia, senhor **Acácio Manuel Oliveira Marques**. -----

----- O Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, senhor **Pedro Miguel Fonseca Janeiro**, fez-se representar pelo Secretário da citada junta de freguesia, senhora **Emília da Silva Simões**. -----

-----Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

-----**Sérgio José Ferreira Ribeiro**, eleito na lista do Partido Comunista Português – CDU foi substituído pela senhora **Margarida Gomes Poeta**. -----

-----**Rui Pedro Marto Pereira**, eleito na lista do Partido Popular – CDS/PP foi substituído pelo senhor **Nuno Miguel Neves dos Prazeres**. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, senhor **Jorge Manuel Reis Heleno**, eleito nas listas do Partido Social Democrata – PPD/PSD solicitou suspensão de mandato, tendo sido convocado, para efeitos de substituição o senhor **Hélder António Vieira Alves**, que, por motivos profissionais, não pode comparecer a fim de tomar posse do cargo de membro da Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº03/2008 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 2008.04.24. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** apresentou a seguinte correcção: na página vinte e oito: -----

- oitava linha, onde se lê «...Senhor Presidente...» deve ler-se «...Senhora Presidente...»; -----

- décima terceira linha, onde se lê «... responsáveis têm...» deve acrescentar-se «...responsáveis **pela falta de estacionamento** têm...»; -----

- décima oitava linha, onde se lê «...desculpem-me a modéstia...» deve ler-se «...desculpem-me a imodéstia...»; -----

- vigésima quarta linha, onde se lê «...ningém pode...» deve ler-se «...ninguém pode...»; -----

- vigésima quinta linha, deve-se fechar as aspas onde se lê «...em razão...». -----

Na página vinte e nove, décima primeira linha, onde se lê «...quem não tem...» deve ler-se «...**quem tem**...». -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na página vinte e um, nona e décima linhas, onde se lê «...sentido nós chumbarmos aquela variante de Penigardos quando...» deve ler-se «...**sentido quando**...». -----

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA** na página sete, vigésima primeira linha, onde se lê «...não conta a citação...» deve ler-se «...não **consta** a citação...». -----

-----**Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com seis abstenções, dada a ausência na sessão.** -----

-----Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, se ia proceder à entrega de um prémio monetário a quatro alunas da Escola Secundária de Ourém, em virtude das mesmas terem recebido uma menção honrosa no âmbito do concurso a nível nacional «Cidades Criativas». -----

-----De imediato, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

-----Ofício do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Perdigão, datado de cinco de Maio, do ano em curso, dando conhecimento de uma notícia vinda a público no Fórum Estudante de Abril 2008, relativamente à Avaliação de Escolas e Agrupamentos; -----

-----Ofício do Gabinete da Deputada Luísa Mesquita, datado do dia treze do findo mês de Maio, remetendo cópia da pergunta formulada ao Governo relativamente à requalificação do parque escolar dos ensinos básico e secundário – Escola Secundária de Ourém; -----

-----Ofício da Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém, com data do dia treze do findo mês de Maio, remetendo cópia da intervenção do Dr. Vítor Frazão – Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém; -----

-----Ofício da Junta de Freguesia de Alburitel, datado do dia cinco do presente mês de Junho, remetendo cópia de uma Moção relativa ao IC9 – Nó de Alburitel; -----

-----Ofício do Conservatório de Ourém, datado do dia dezassete do presente mês de Junho, remetendo um exemplar do CD Áudio «As minhas canções»; -----

-----Ofício da União das Misericórdias Portuguesas, datado de doze do presente mês de Junho, remetendo um exemplar da edição «Quem somos nas Misericórdias»; -----

-----Ofício da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, datado do dia vinte e três do presente mês de Junho, remetendo informação relativa ao XXVIII Colóquio Nacional da ATAM, a realizar de um a quatro de Outubro, próximo, em Torres Vedras; -----

-----Email do membro da Assembleia Municipal, senhor António Ribeiro Gameiro remetendo cópia do requerimento apresentado na Assembleia da República pelos Deputados do Partido Socialista, relativamente à alteração das condições de saúde no concelho de Ourém. -----

-----**A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhores Secretários, -----
Senhores Deputados Municipais, -----

Transmitimos a V.Exas. as nossas cordiais saudações, no início de mais esta sessão ordinária de trabalho, a anteceder o período em que a maior parte das pessoas usufruem de algum tempo de férias. -----

A todos os que conseguem manter esse hábito, nos tempos difíceis que atravessamos, desejamos boas férias. -----

Nos termos da lei, prestamos a V.Exas. breve informação sobre a actividade municipal, com especial relevância para o tempo decorrido desde a última sessão deste órgão ocorrida em 24 de Abril passado. -----

1. Na grande confusão que é o arranque do QREN, informamos que foram lançados na passada semana quatro concursos públicos para centros escolares, sendo dois para a freguesia de Fátima, um para a freguesia de Nossa Senhora da Piedade e outro para a freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias. -----

Estas prioridades basearam-se no facto de se tratar de zonas onde temos carência de instalações escolares. -----

Após decisão sobre as candidaturas que serão apresentadas até ao dia 27 de Junho, veremos o enquadramento das restantes situações, sendo certo que estamos condicionados pelo nível de financiamento externo e pela capacidade própria de financiamento. -----

2. Referindo-nos ainda ao QREN, lamentamos constatar, e daqui transmitimos também a pessoas que têm outras responsabilidades, que os fundos comunitários que supostamente seriam destinados à coesão territorial no espaço nacional e comunitário, são afinal destinados aos espertos ou àqueles que consigam, por quaisquer outras vias, o privilégio que sempre resulta em desfavorecimento daqueles que mais necessitam, contrariando completamente a ideia de coesão. -----

3. Em face de alguns desenvolvimentos recentes, a Câmara Municipal está a preparar projectos de reabilitação dos edifícios dos Paços do Concelho (actual) e antigo Hospital de Santo Agostinho respectivamente para instalação do Arquivo Histórico e Biblioteca Municipal. -- A unidade de cuidados continuados de saúde deverá ficar noutra local a designar. -----

4. Em negociações concluídas no passado dia 20 de Junho, ficou acordada a transferência definitiva da Escola Superior de Educação de Torres Novas para a APEFF. Forneceremos cópia dos contratos à Câmara Municipal e a esta Assembleia, logo que os mesmos estejam disponíveis. -----

5. No próximo dia 20 de Julho, procederemos à inauguração do novo Jardim de Infância de Atougia, coincidindo este acto com a celebração do 75º. aniversário da freguesia de Atougia. Desde já deixamos o convite para a participação nestes actos, em nome da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. -----

6. No passado dia 2 de Junho, procedeu-se à bênção de toda a frota de autocarros que neste momento estão disponíveis para os transportes escolares da educação pré-escolar e do primeiro ciclo. -----

Estas viaturas vão também ser disponibilizadas para apoio à actividade cultural e desportiva das associações sem fins lucrativos sedeadas no concelho, mediante pagamento. -----

No mesmo acto, foi também inaugurado o parque de estacionamento junto à Escola Profissional e Escola do Primeiro Ciclo de Ourém. -----

7. Está a ser ultimado o projecto de reabilitação do edifício do antigo seminário adquirido pela Câmara para Escola de Hotelaria e Turismo. A candidatura será apresentada pela associação INSIGNARE. -----
8. Está também em elaboração o projecto de requalificação do Cine-Teatro municipal. -----
9. A Câmara adquiriu já o terreno e está a ser ultimado o projecto para o pavilhão desportivo de Olival. -----
10. Através de proposta de parcerias público-privado, contamos viabilizar novas instalações desportivas em Ourém e Fátima, sendo provável que, nos próximos dias, solicitemos reunião extraordinária desta Assembleia para obtenção da necessária autorização. -----
11. Com algumas iniciativas como a Feira Medieval e as Festas da Cidade, decorre a execução do programa cultural do município -----
2. Ainda no âmbito das festas da Cidade, decorreu a inauguração da Ucharia do Conde e assinalámos a mudança na rede de iluminação pública da zona histórica de Ourém. -----
13. Também na zona histórica, foi recentemente criada, mediante escritura pública, a Associação Portuguesa dos Vinhos Históricos, com sede na Pousada Conde de Ourém. -----
14. No passado mês de Maio, foram inauguradas as primeiras obras de requalificação urbana promovidas pela SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria. -----
15. Está a decorrer o período de discussão pública do PROT do Oeste e Vale do Tejo. O documento está disponível no site <http://consulta.protovt.inescporto.pt> ou através do site da CCDR-LVT www.ccdr-lvt.pt . Convidamos a todos à apreciação do documento. -----
16. Iniciar-se-á, nos próximos dias, o período de discussão pública do Plano de Pormenor da Av. Papa João XXIII. O documento estará disponível nas instalações da SRU e da Câmara Municipal, para além do site da Câmara Municipal www.cm-ourem.pt. -----
17. Com os municípios vizinhos de Tomar, Torres Novas e Abrantes e por sugestão nossa, está a ser preparada uma parceria, no âmbito da política de cidades, para o programa Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação. -----
18. Em parceria com o Santuário de Fátima e com a SRU, apresentámos há alguns dias uma candidatura ao QREN, no âmbito do programa de Acções Inovadoras para o Desenvolvimento

Urbano que tem como objectivo a gestão integrada do estacionamento de Fátima e a sinalização. -----

19. Informamos V.Exas. de que a Câmara Municipal deliberou aderir à construção de um Forno Crematório intermunicipal em Leiria. -----

20. A Câmara Municipal viabilizou de novo, para o corrente ano, a utilização da pista da Giesteira para o apoio ao combate a incêndios por meios aéreos. -----

21. Decorrerá no próximo sábado um seminário sobre protecção civil, no Centro de Negócios de Ourém. Convidamos todos os presentes a participarem. -----

22. Cumpre-nos informar V.Exas. de que fomos designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses para a Comissão Instaladora da Área Regional de Turismo de Leiria-Fátima. No âmbito das competências da comissão, estamos a trabalhar no projecto de estatutos a submeter a aprovação do governo. -----

23. Na sessão solene do passado dia 20 de Junho, foi feita uma breve apresentação do Geoportal da Câmara Municipal e dos serviços on-line. Devido ao adiantado da hora e às limitações de tempo daí decorrentes, certamente que não resultou dali um grande conhecimento do que foi apresentado. Também não tínhamos essa ilusão. -----

Vamos agendar sessão ou sessões destinadas a transmitir um conhecimento mais aprofundado destes novos instrumentos que estão disponíveis para os ourenses. -----

Nas sessões a agendar, será útil que estejam presentes os funcionários administrativos das Juntas de Freguesia. -----

24. Com preocupações relativas à defesa do meio ambiente, estamos a desenvolver diversas acções das quais destacamos uma destinada aos estabelecimentos de restauração e bebidas a que se chamou PÔR TUDO EM PRATOS LIMPOS. Visa esta acção sensibilizar as pessoas para a separação dos resíduos, de forma a permitir a reciclagem e a diminuição das quantidades de lixo que são depositadas em aterro, processo que nos fica muito caro. -----

25. Vão de novo iniciar funções os guardas nocturnos (três em Ourém e dois em Fátima), no próximo dia 1 de Julho. -----

Trata-se de um função complementar às forças de segurança que julgamos importante para prevenir os assaltos e o vandalismo que, de forma crescente, nos assolam sem que vejamos a eficácia desejável na sua prevenção e no seu combate. -----

26. Continuamos a nossa intervenção na rede viária, por administração directa. Estamos a trabalhar na freguesia de Cercal e a preparar uma intervenção global na freguesia de Caxarias, uma das mais carenciadas do concelho, a este nível. -----

27. No que diz respeito a instalações municipais e de freguesias, pretendemos dar conta de que estamos a preparar o concurso para o edifício multiusos de Caxarias e, em bom ritmo, avançam para o seu fim as obras do edifício dos Paços do Concelho. -----

28. Através de um gabinete externo, estamos a rever todos os regulamentos municipais, em resultado das alterações legislativas que a todo o momento nos atingem. -----

29. Com quase vinte anos nesta Câmara Municipal, apetece-nos desabafar que nos parece que já não sabemos ser autarcas. A demonstrar esta dificuldade, são três situações relacionadas com a nossa acção que queremos referir – os créditos sobre as instalações da antiga cooperativa e as intervenções como entidade fiscalizadora. Infelizmente, sabemos que os nossos cidadãos e as empresas passam ainda por situações piores. -----

30. No passado dia 5 de Junho, fomos recebidos pela Sra. Secretária de Estado para a Modernização Administrativa, com o objectivo de pugnarmos pela Loja do Cidadão, no edifício a erigir no espaço do antigo mercado. -----

Acompanhou-nos o Sr. Deputado António Gameiro a quem agradeço e que se tem empenhado em diversos dossiers de interesse municipal. -----

31. O que se passa a respeito dos cuidados de saúde no concelho é gravíssimo. E não nos digam que é falta de médicos. Há médicos no concelho que chegam muito bem. -----

Falha a organização, falha o governo. -----

Não quero ser eu a dizer como se resolve. Não tenho a competência atribuída. -----

É o governo, com os seus serviços a ter que tomar medidas. -----

A Sra. Ministra não quis receber-nos. Vamos convidar todos os ourensenses a irem ao Ministério da Saúde levar uma carta a expor de novo o problema. -----

32. No próximo sábado, pretendemos inaugurar o novo autocarro municipal e vamos fazê-lo na visita a duas obras que envolvem o município. Muito gostaríamos que a Assembleia Municipal estivesse presente. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Esta é a informação que julgamos mais relevante. -----

Ficamos ao dispor de V.Exas. para os esclarecimentos que queiram solicitar-nos.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos – (vide processo devidamente arquivado): -----

----- Situação económica e financeira da autarquia em 31 de Maio de 2008; -----

----- Relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: -----

- relativamente ao QREN, manifestou-se preocupado face à situação descrita, ou seja, procede-se à abertura de concursos sem projectos concluídos; -----

- pretendeu saber para quando estão previstas as obras de repavimentação da estrada que liga Fátima a Minde e bem assim a intervenção tão necessária na avenida dos bombeiros; -----

- felicitou a apresentação do Geoportal da Câmara Municipal, uma vez que o mesmo vai permitir o descongestionamento dos serviços; -----

- questionou a possibilidade das funções de presidente da Região de Turismo Leiria-Fátima serem assumidas por alguém do nosso concelho. -----

= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, citando a deliberação camarária datada do dia vinte e seis do findo mês de Maio: «*é inaceitável manter a confecção no local que não reúne as condições adequadas, nem em termos de instalações, nem em pessoal qualificado*», questionou se a alegada falta de condições tem a ver com a fossa que lá existe. Já a alegada falta de

qualificação das pessoas que lá trabalham, informou de que já teve oportunidade de demonstrar as respectivas classificações, muito antes de ser levantado esta dúvida. -----

Mais informou de que os cinco mil duzentos e noventa e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos, mais IVA, necessários para a execução das obras na cozinha, já foram ofertados por alguém da freguesia, o que significa que, logo que haja permissão da Câmara, arrancar-se-á com as obras. -----

= **JOSÉ MARIA HENRIQUES DE SOUSA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Olival, atendendo à informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara no sentido de que a partir do próximo dia um de Junho, a freguesia do Olival contará com um médico, sublinhou que haverá médico mas apenas três meios dias por semana, o que, conforme afirmou, é insuficiente para os cerca de dois mil e seiscentos habitantes, muitos deles idosos e com escassos recursos financeiros para alugarem um táxi a fim de se deslocarem a outros locais que prestem aqueles serviços. -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS** pretendeu saber para quando estão previstas as obras de requalificação da estrada que liga Fátima a Minde e bem assim da estrada da Ramila. -----

= **MARGARIDA GOMES POETA**, em representação do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, manifestou a intenção em conhecer melhor todo o processo relativo à cedência do edifício dos Monfortinos à INSIGNARE. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Câmara, tomando a palavra, prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- De seguida, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Queria felicitar a Câmara, pelas recentes Festas da Cidade e pelas distinções honoríficas atribuídas no passado dia 20 e dar os parabéns a todos os agraciados. -----

Como representante da Freguesia de Caxarias, queria expressar o meu apreço, pela atribuição da medalha de ouro de mérito municipal, a um cidadão de Caxarias e a uma associação, respectivamente, Sr. Dr. David Simões Rodrigues e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias. -----

É sempre bom ver o mérito reconhecido.” -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----
Queria felicitar o Dr. José Manuel Alho pela coluna que hoje saiu no Jornal de Notícias. Dá-se destaque a Ourém nos jornais por motivos de que nos podemos orgulhar relativamente ao monumento natural das pegadas dos dinossáurios e simultaneamente à homenagem feita ao Professor Galopim de Carvalho pelo município de Ourém, atribuindo a medalha de ouro. -----
Sendo certo que na nossa perspectiva é justa e merecida, não há qualquer dúvida relativa a isso, é simultaneamente o reconhecimento deste município pelo papel activo e empenhado que o Dr. José Manuel Alho teve em preservar este monumento natural que tanta importância tem não só a nível local como também regional.” -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata apresentou o seguinte documento: “Que Ourém é uma terra de desportista já ninguém duvida. Mas, agora, estamos já em condições de afirmar que o nosso concelho é também uma terra de campeões. -----

Mas, a par do desporto, outros jovens houve que se distinguiram, a nível nacional conquistando prémios literários, de teatro e urbanismo, situação reveladora de que são também alunos empenhados e cidadãos interessados, a exemplo disso o prémio que hoje atribuído às Jovens Criativas. -----

Não são necessários muitos argumentos para prová-lo. Bastou assistirmos às distinções honoríficas integradas nas comemorações do Feriado Municipal, que a Câmara Municipal levou a efeito no passado dia 20 de Junho, dia do Município. -----

Foram 34 as menções honrosas atribuídas aos jovens do concelho que se distinguiram nas diversas áreas acima referidas. -----

Esta situação prova, indubitavelmente, que estamos diante de uma série de jovens talentosos, empenhados, lutadores, determinados e donos de um inigualável espírito competitivo. -----

Devemos e podemos prestar-lhes a nossa homenagem, pois eles merecem-no! -----

O seu esforço e dedicação são motivos de regozijo para o Concelho de Ourém. -----

O PSD congratula-se com estes jovens que nos enchem de orgulho e que servirão, certamente, um dia de embaixadores deste concelho. Parabéns.” -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** focou dois pontos: -----

- relativamente à região de Turismo Leiria-Fátima foi da opinião de que as pessoas não são escolhidas para assumir funções pelo facto de serem de um ou de outro lugar, mas sim pelo mérito, responsabilidade, experiência, entre outras qualidades; -----

- no que respeita à sua afirmação na última sessão deste órgão quando disse que «o senhor Luís Albuquerque teria dito que a Câmara Municipal teria prometido cinquenta mil euros ao Centro Desportivo de Fátima e que ainda não os teria pago», rectificou que quem disse não foi o senhor Luís Albuquerque mas sim o Reverendíssimo Padre Pereira. -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “Boa tarde a todos! -----

O Sr. Presidente já falou no assunto mas entendo que devo insistir. -----

Parece que o atrasado QREN finalmente chegou, mas não quer nada connosco. Ou melhor, não nos quer dar nada, pelo menos até ao momento. -----

Segundo parece, as inteligências que analisam as candidaturas entenderam que o grau de maturação de um projecto que não existe mas que foi objecto de um concurso de concepção/construção, é maior do que aquele que está pronto para lançar concurso. -----

Encerrar escolas pré-fabricadas com muitos alunos também leva nota pior do que fechar escolas com menos de 9 alunos. -----

Continuam a apregoar que há muito dinheiro para fazer complexos escolares, mas o certo é que segundo os tectos de valores que foram estabelecidos, só contam com as salas de aula e o resto é como se não existisse, esquecendo que o ensino de agora não é o de há 20 anos atrás, onde bastava uma sala com quatro paredes. De facto, se se fizerem bem as contas, o financiamento efectivo a um complexo escolar (caso seja aprovado) atinge 30 a 40% do investimento total. Pergunto: como é que as autarquias suportam todo o restante investimento?

E aquela de alterar procedimentos três dias antes do *terminus* do prazo de entrega de candidaturas para permitir a certos senhores que se atrasaram, de se poderem candidatar, também não é jogo limpo. Foi o que aconteceu com as candidaturas à Política de Cidades - Parcerias para a regeneração urbana (REPRU). Muito menos é o de não divulgar quem ganha os concursos e com que pontuação e critérios. -----

Só podemos dizer que é mais uma embrulhada do actual Governo e que em nada favorece a coesão que se pretende.” -----

= **MARGARIDA GOMES POETA**, em representação do Grupo Municipal do partido Comunista Português, apresentou o seguinte documento: “O País vive, uma situação de brutal agravamento das condições sócio-económicas da generalidade dos portugueses, das micro, pequenas e médias empresas, e dos sectores produtivos. -----

O aumento generalizado dos preços dos bens e serviços essenciais está a provocar um rápido agravamento das condições de vida da maioria da população. Aumentam as desigualdades e as injustiças sociais. Cresce a miséria e a pobreza! As consequências de anos de governos ao serviço dos grandes grupos económicos está à vista, e não deixa dúvidas! Para quem as tenha veja como sobem os lucros da banca, das grandes superfícies comerciais, do Grupo de Petrolíferas, da EDP, PT, etc. -----

Quando o país está confrontado com mais de meio milhão de desempregados, com o aumento da precariedade, e com os baixos salários dos trabalhadores, o Governo PS avança com

alterações à legislação laboral, que apenas favorece os interesses do patronato, e ao contrário do que anunciam nada de bom traz para o trabalhador. -----

A situação extraordinária que o País atravessa, exige uma resposta e iniciativas extraordinárias. Foi nesse sentido que o PCP apresentou várias propostas em Assembleia da República. São elas: -----

- **A criação de um imposto extraordinário sobre os lucros das petrolíferas** com origem no efeito de stock. -----

- **O aumento intercalar dos salários e das reformas**, que reponham o poder de compra perdido pelos trabalhadores e populações nos últimos meses. -----

- **A defesa do aparelho produtivo nacional**, com medidas urgentes de apoio aos pequenos e médios empresários e aos sectores atingidos pelo aumento dos combustíveis. -----

- **O aumento do investimento público**, rompendo com a obsessão do défice das contas públicas, dinamizando a vida económica e defendendo os serviços públicos. -----

- **A redução do IVA** para 19%. -----

- **Um decidido combate aos benefícios fiscais** do sector financeiro. -----

Estas propostas visam melhorar a vida dos trabalhadores e das populações, estimular a economia e combater as injustiças. Estamos certos que facilmente se poriam em prática e depressa se conheceriam os bons resultados. Assim houvesse vontade da maioria que nos desgoverna. -----

No que particularmente aqui nos toca, gostaríamos de conhecer melhor todo o processo de protocolo e cedência do Edifício dos Monfortinos à Insignare. Lembramos que foi esta Assembleia que aprovou um empréstimo para a compra do edifício, pelo que no nosso entender seria esta Assembleia o local indicado para ceder ou não o espaço a uma entidade privada, com participação da Câmara como conhecemos, mas que não deixa de ser privada. ---
Terá também havido aqui cedências públicas ao interesse privado? Pedimos esclarecimento.” –

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “O Dia da Cidade é uma data importante para a vida do município. Este ano foi assinalado de modo condigno e interessante, com

iniciativas inéditas que mostraram bem a vontade que houve de introduzir novas e importantes valências às habituais comemorações. Estou a referir-me nomeadamente ao seminário sobre energias renováveis moderado pelo Dr. João Moura assim como à apresentação da campanha «Pôr tudo em pratos limpos» da empresa SUMA moderada pelo Dr. José Alho. Queria, pois, deixar aqui as minhas felicitações ao executivo camarário. No entanto, e porque o que se pretende é fazermos cada vez mais e melhor, gostaria de deixar também aqui alguns reparos. Em Ourém, temos o privilégio de ter colectividades e associações interessadas e que colaboram de modo empenhado nas actividades para as quais são chamadas. Têm sido, ao longo de anos, os parceiros por excelência da Câmara nas comemorações do Dia da Cidade, sem elas uma parte dos festejos estaria sem dúvida comprometida. Nessa medida, não me parecem de todo aceitáveis as penalizações que lhes foram postas, sobretudo a obrigatoriedade de comprar as bebidas a uma única empresa, para já não falar dos horários muito apertados, dos custos de inscrição, ou das várias centralidades criadas que dispersaram os visitantes. Este ano, as nossas associações foram obrigadas a ter um único fornecedor de bebidas, com todas as implicações económicas que tal atitude implica, vamos esperar que esta política não se torne moda e que para o próximo ano não seja também obrigatório comprar a comida a um único fornecedor, porventura à cantina central. Para finalizar, gostaria de estender as minhas felicitações iniciais às associações de Ourém que com a sua presença animaram e condimentaram os festejos.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVAMENTE AOS «TOPÓNIMOS DAS POVOAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número três mil novecentos e trinta e sete, datado de treze de Março, do ano dois mil e oito, cópia da deliberação camarária tomada

em reunião celebrada no dia três daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, a análise e aprovação da proposta acima citada. -----

----- Foi ainda remetida uma listagem dos topónimos das povoações do concelho, a qual, para melhor análise, foi remetida a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO «REGULAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DO CONCELHO DE OURÉM», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número sete mil quinhentos e vinte e dois, com data do dia doze do passado mês de Maio, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia cinco daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação da proposta referida em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do citado Regulamento, o qual, para melhor análise, foi remetido a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, sublinhou o acordo da bancada com o conteúdo do documento, porém chamou a atenção para alguns artigos que em termos legais acarretam alguma confusão,

nomeadamente no artigo vigésimo terceiro, figurando primeiro as alíneas e só depois os números, sendo habitual colocar primeiro aos números e só depois as alíneas. -----

= **MARGARIDA GOMES POETA** em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, salientou o artigo número doze, segundo o qual os Presidentes de Junta não fazem parte da composição da Comissão Municipal de Protecção Civil, o que, no seu entender, está incorrecto, devendo os mesmos integrarem a citada Comissão. -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, sublinhou o facto do documento não mencionar a figura do Presidente de Junta porém, são eles os primeiros a serem chamados quando ocorrem situações de perigo na freguesia que lideram. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria com uma abstenção do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE FÁTIMA», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número oito mil quinhentos e oitenta e nove, datado de vinte e seis do passado mês de Maio, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia doze daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder à contratação do referido empréstimo. -----

Foi ainda solicitado a este órgão deliberativo a necessária autorização para celebrar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com sede na Avenida João XXI, número sessenta e três, em Lisboa, a contratação do empréstimo, em conformidade com as condições constantes da respectiva proposta, no valor de um milhão e dois mil cento e vinte e cinco euros (1.002.125,00€). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS** manifestou a sua estranheza relativamente ao facto de terem sido apenas duas instituições bancárias a responderem quando foram doze as consultadas. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com uma abstenção do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO «REVESTIMENTO FLORESTAL – ISENÇÃO DE TAXA MUNICIPAL – PLANTAÇÃO DE ÁRVORES», NOS TERMOS DO N.º2 DO ART.º12, DA LEI N.º2/2007, DE 15 DE JANEIRO – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número oito mil oitocentos e noventa e seis, com data do dia trinta do findo mês de Maio, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezanove daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder à isenção de taxas referentes às operações de reflorestação das áreas ardidas, com espécies florestais adequadas a cada local, por um período de mais de três anos. -----

----- Aberto o período de pedido de intervenção e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «BALANÇO ANALÍTICO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, DO CENTRO DE NEGÓCIOS DE OURÉM, LIMITADA», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A)

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dez mil cento e oito, datado de dezasseis de Junho, do ano dois mil e oito, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia vinte e seis do findo mês de Maio, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.06 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE CONTAS DE 2007, DA RIBACARNE – MATADOURO REGIONAL DO RIBATEJO NORTE, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número nove mil novecentos e catorze, datado de treze de Junho, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dois daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ISENTAR DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVO AO LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – CENTRO DESPORTIVO SOCIAL E CULTURAL DE CERCAL – VALES E NINHO. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número onze mil e vinte e sete, com data do dia vinte e quatro do presente mês, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezasseis daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, autorização para isentar o Centro Desportivo Social e Cultural de Cercal – vales e Ninho do pagamento das taxas referentes à construção de um Centro de Dia e Creche, constante do processo número mil duzentos e trinta e um barra dois mil e seis. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** manifestou o seu acorde face à isenção atribuída a instituições de solidariedade social sem fins lucrativos mas sugeriu que se elaborasse um conjunto de normas que regessem este tipo de isenções. -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** citando a certidão de deliberação camarária relativamente ao assunto, em epígrafe, ou seja: «...a Câmara, comunicar à Associação requerente de que, com base no parecer então prestado pelo Departamento de Administração e Planeamento, não era possível satisfazer a pretensão», questionou qual a razão deste parecer dado anteriormente, tendo-lhe sido dito que, inicialmente, devido a uma inspecção, não era possível atribuir este tipo de isenção, o que levou os serviços a prestarem a informação naquele sentido. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** questionou a razão das obras mencionadas, não só no Cercal como também as previstas no Bairro e Freixianda, uma vez que, tanto a certidão da deliberação camarária como o Senhor Presidente da Câmara, não referem qualquer motivo. ----
Referiu ainda que todas estas obras contam com o apoio do Governo, o que não deve ser descurado, nem esquecido. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ISENTAR DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVO AO LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – CENTRO DE BEM ESTAR DO BAIRRO. --

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número onze mil e vinte e seis, com data do dia vinte e quatro do presente mês, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezasseis daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, autorização para isentar o Centro de Bem Estar do Bairro do pagamento das taxas referentes à construção de um Lar de Idosos, Creche e Jardim de Infância, constante do processo número cento e setenta e seis barra dois mil e sete e respectivos processos de especialidades. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** manifestou o seu acorde face à isenção atribuída a instituições de solidariedade social sem fins lucrativos mas sugeriu que se elaborasse um conjunto de normas que regessem este tipo de isenções. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** questionou a razão das obras mencionadas, não só no Cercal como também as previstas no Bairro e Freixianda, uma vez que, tanto a certidão da deliberação camarária como o Senhor Presidente da Câmara, não referem qualquer motivo. ----
Referiu ainda que todas estas obras contam com o apoio do Governo, o que não deve ser descurado, nem esquecido. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ISENTAR DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVO AO LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE FREIXIANDA. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número onze mil e vinte e oito, com data do dia vinte e quatro do presente mês, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia vinte e três daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, autorização para isentar o Centro Social Paroquial de Freixianda do pagamento das taxas referentes à ampliação do Centro de Dia, conforme processo número mil cento e um barra dois mil e cinco, de que é titular. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** manifestou o seu acorde face à isenção atribuída a instituições de solidariedade social sem fins lucrativos mas sugeriu que se elaborasse um conjunto de normas que regessem este tipo de isenções. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** questionou a razão das obras mencionadas, não só no Cercal como também as previstas no Bairro e Freixianda, uma vez que, tanto a certidão da deliberação camarária como o Senhor Presidente da Câmara, não referem qualquer motivo. ----
Referiu ainda que todas estas obras contam com o apoio do Governo, o que não deve ser descurado, nem esquecido. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO NO QUE CON CERNE À EMISSÃO DE INTERESSE PÚBLICO RELATIVAMENTE À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE OUTEIRO DAS MATAS – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dez mil novecentos e oitenta e dois, datado de vinte e quatro do presente mês de Junho, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezasseis daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, que se pronuncie relativamente ao interesse público municipal da pretensão citada em epígrafe, para efeitos de ocupação de solos da REN – Reserva Ecológica Nacional. -----

----- **Aberto o período de pedido de intervenção e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO RELATIVAMENTE À EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NO QUE CONCERNE À INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE TRIAGEM E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RDC). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dez mil novecentos e oitenta e um, datado de vinte e quatro do presente mês de Junho, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia nove daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, que se pronuncie relativamente ao interesse público municipal no que concerne à instalação de uma estação de triagem e tratamentos dos resíduos sólidos de construção e demolição (RDC), que a Firma BRIFAT – Britas e Transportes, SA, pretende efectuar na pedreira «Da Aventura», de que é proprietária, sita em Giesteira – Fátima. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, manifestou o seu acordo e felicitou a Câmara Municipal por esta iniciativa, a qual, no seu entender, vem responder às necessidades de quem, até ao momento, desconhecia o fim a dar aos resíduos desta natureza, depositando-os, por vezes, em locais impróprios para esse fim. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.12 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO RELATIVAMENTE À MOÇÃO APRESENTADA PELA JUNTA DE FREGUESIA DE ALBURITEL NO QUE RESPEITA AO IC9 – NÓ DE ALBURITEL. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número onze mil e vinte e nove, datado de vinte e quatro do presente mês de Junho, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia vinte e três daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, que se pronunciasse sobre a matéria. -----

----- A fim de facultar um conhecimento mais pormenorizado da matéria em análise, foi elaborada uma projecção em tela – (vide processo devidamente arquivado), a qual foi comentada de forma clara e concisa pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo os esclarecimentos prestados, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, sublinhando não só a sua compreensão face à posição assumida pela freguesia de Alburitel, manifestou também o seu acordo relativamente à posição apresentada pela Câmara Municipal, uma vez que defende a ligação da sede do concelho ao IC9. -----

Porque defende uma solução consensual questionou se não seria possível deslocar ligeiramente o nó, previsto para Alburitel, em direcção a Ourém e ligá-lo a Alburitel através de uma via qualificada, uma vez que a estrada dos Toucinhos poderá vir a assumir o escoamento dos camiões vindos da zona industrial de Vilar dos Prazeres que satisfaça todas as partes e sirva o concelho no seu todo. -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Ex.ma Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores -----

Ex.mos Sr.s deputados municipais -----

Ao ser confrontado com a posição que a Câmara Municipal deu a conhecer sobre o nó do IC9 para o Carregal, e como explicou o senhor Presidente da Câmara iria proceder à abertura duma via desde a Corredoura (Intermarché) ao Carregal só posso congratular-me com a iniciativa, bem como concordar com o nó no Carregal. -----

De qualquer forma manifestar que se deveria proceder a nova pavimentação das estradas municipais desta freguesia uma vez que se encontram em péssimo estado, em especial a que vai do Pinheiro ao Alqueidão e a pavimentação da estrada da Cerimónia. Verifico que acontece mais na minha freguesia e não entendo o porquê! Vejamos a estrada que vai de Alburitel à Lagoa do Furadouro ou a que vai de Seiça à Estrada Nacional 356 pelo Casal Touro. -----

No entanto, não deixo de estar solidário com o meu colega de Alburitel pelo facto de se ter criado expectativas na população, acho que se tivesse sido sugerido esta solução há mais tempo o nó de Vale dos Ovos viesse para norte serviria as duas populações, mas pode ser que a nova via do Carregal possa ser completada até à Estrada Nacional 113 o mais próximo de Alburitel e não criar problemas nesta fase de adjudicação ao IC9 que é o mais importante.” -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, expôs o seguinte: -----

- lamentou o facto de só ontem ter tido conhecimento de que este assunto seria objecto de análise por parte deste órgão deliberativo, no decorrer desta sessão, pois, conforme afirmou, caso fosse do conhecimento público, as pessoas que assinaram o abaixo-assinado certamente estariam presentes para assistirem à respectiva discussão; -----

- lembrando os cerca de quinze anos, ao longo dos quais se falou do IC9 e bem assim os mais de três anos em que se conhece o respectivo traçado, salientou o facto do nó de Alburitel ter sido sempre referenciado sem nunca ter havido qualquer objecção, estranhando que somente agora, após ter sido anunciado publicamente, seja objecto de discórdia; -----

- referiu que a freguesia de Alburitel defende o nó porque foram criadas muitas expectativas e, neste momento, porque já existe um traçado definido e as terras já foram desbloqueadas, existem dezassete novas moradias em construção, o que é significativo para a freguesia que se tem vindo a expandir a bom ritmo, o que, no seu entender, deve-se ao facto da freguesia ser atravessada pela EN113 que liga três cidades; -----

- referiu ainda que a verificar-se o desvio do nó de Alburitel, verificar-se-á alguma estagnação ou até mesmo retrocesso no que respeita ao desenvolvimento da freguesia. -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, salientou a prevalência do bem comum do concelho sobre o bem de uma única freguesia. -----

= **JOAQUIM DOS REIS GONÇALVES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, referiu que durante anos se ouviu dizer que o traçado do IC9 passaria pela freguesia que lidera e que a sua retirada prejudicou muitos dos empresários aí implementados, pelo que foi de opinião de que a posição a tomar deverá ser justa e contemplar o bem de todos. No seu entender, apesar de compreendeu a posição do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, a proposta anunciada pela Câmara será a que melhor servirá o concelho. -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, opinou de que se deve pugnar por uma posição consensual que sirva os interesses do concelho de Ourém. -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: -----

- apelou ao bom senso na tomada de posição e foi da opinião de que nem a cidade de Ourém, nem Alburitel ficarão prejudicadas caso o nó seja deslocado conforme proposta em análise. ----

- chamou a atenção para o nó de Fátima do IC9 que se adivinha edificado fora da freguesia, o que, no seu entender urge impedir para que não se dê ensejo a mais uma mentira à semelhança do que acontece com a chamada estação da CP de Fátima que se encontra fora do concelho. -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, manifestou a sua compreensão relativamente à posição tomada por Alburitel e bem assim o respeito que nutre por toda a população daquela freguesia, porém, foi da opinião de que deve ser tomada uma posição que sirva o concelho no seu todo, o que se coaduna com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA** no seu entender, caso o nó previsto para Alburitel seja deslocado um pouco mais em direcção à cidade, conforme proposta camarária,

certamente não irá prejudicar a freguesia de Alburitel mas irá, no seu entender, beneficiar um pouco mais toda a população do concelho. -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, no intuito de defender a sua freguesia e respectiva tomada de posição face à matéria em análise, lembrou o alongamento do processo e, atendendo a que o concurso já foi lançado e para não atrasar mais o processo, sugeriu que se executasse a obra conforme prevista, criando-se as referidas vias de cintura com ligação à cidade. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, saindo da Mesa, expôs o seguinte: “Ex.mo Senhor Presidente da Câmara -----
Senhores deputados municipais -----

Na última reunião desta Assembleia foram trazidas, pela Câmara Municipal, as explicações necessárias sobre o ponto de situação do IC9 e da posição assumida pelo município sobre o seu traçado e respectivos nós de acesso ao Concelho. -----

Provavelmente porque a situação não foi bem compreendida por todos os deputados municipais, e porque alguma população evidenciou descontentamento sobre as posições tomadas, pelo conhecimento que tivemos através de uma moção subscrita por várias pessoas de uma só Freguesia, importa aqui prestar alguns esclarecimentos elevar esta Assembleia magna do Concelho a tomar posições que defendam os verdadeiros interesses municipais. -----

Esperamos todos há demasiado tempo por esta obra, considerada estruturante para o Concelho. -----

Estamos conscientes quer da sua importância, quer do seu significado. Não se trata de uma qualquer via rodoviária, trata-se de uma via de ligação entre pólos regionais, de ligação entre o litoral e o interior e fundamentalmente a ligação a outras vias principais do nosso país. Não é portanto uma qualquer estrada regional ou local, é uma estrada de âmbito nacional. O que ao nosso concelho diz respeito, não serve a uma ou outra povoação, SERVE UM TODO; SERVE UM CONCELHO! -----

Senhor Presidente -----

Senhores Deputados -----

Importa ver aqui esclarecidas algumas confusões que vão pairando, ao que aos nós de acesso diz respeito: -----

1 - Foi “chumbado” o nó proposto de acesso a Fátima por motivos ambientais. Aguardamos por parte dos órgãos decisores, uma decisão responsável que tenha em conta, não só as questões ambientais, como também a funcionalidade, sem descurar os aspectos financeiros. É nossa convicção de que um dos argumentos fortes na decisão, será a ligação à principal auto-estrada do país, à A1. Aguardamos pacientemente pela decisão final e reconhecemos a postura responsável da Junta de Freguesia de Fátima, que estando directamente afectada pela suspensão do seu e único nó, confia nos decisores políticos do concelho e do país que buscam a melhor solução, que sirva os interesses do colectivo; -----

2 - Também pelo impacto ambiental o nó de Penigardos, destinado a servir essencialmente a sede do concelho, foi “reprovado”. -----

Ao ser eliminado este nó, várias questões se levantam: -----

Ficará a cidade de Ourém bem servida? -----

Que alternativas existem para servir a cidade sede do concelho? -----

Elimina-se este nó pura e simplesmente sem criar outro alternativo? -----

Foi na tentativa de arranjar respostas para estes problemas que a Câmara Municipal se pronunciou e tomou diligências junto dos órgãos de decisão. -----

Em alternativa ao nó de Penigardos, foi apresentada a solução do nó do Carregal, solução sem problemas ao nível ambiental e com vantagens significativas para todos, não só porque liga a variante sul da cidade de Ourém, designada a variante Beltroa, como também liga um dos principais pólos industriais do concelho – Vilar dos Prazeres. -----

Salienta-se ainda o facto de, através de informações dos dirigentes locais do Partido Socialista, se ter referido que mais do que as questões ambientais, estariam também em causa questões económicas inerentes à construção, eventualmente considerada excessiva, de nós. -----

Foi aí que, olhando para o todo do Concelho e tendo em atenção que Alburitel é das freguesias melhor servidas pelo IC9, com dois nós de acesso, um a norte e outro a sul, que a Câmara

Municipal a ter de prescindir de algum nó, optou por propor a solução equilibrada de, prescindir do nó de Penigardos por imperativos ambientais deslocar o nó de Alburitel por entender que a população desta freguesia continuará a ser bem servida, por troca com o nó do Carregal. -----

Senhor Presidente -----

Senhores Deputados -----

Por entendermos que as questões de lógica particular não se sobrepõem ao interesse municipal e até nacional, não podemos aceitar que se coloque a questão em termos de «guerra» entre população de uma freguesia e o Presidente da Câmara, pois este representa os sentimentos, quer de toda a Câmara Municipal, e a partir deste momento espero que desta Assembleia e mesmo do povo do Concelho de Ourém, julgamos que o abaixo-assinado só pode resultar de má informação dos seus protagonistas, pois não estamos em crer que poderá resultar de qualquer dividendo político de que alguns tentem tirar proveito. -----

Seria de todo interessante sabermos aqui a posição de todos os presidentes de junta de freguesia, principalmente a posição do Sr. Presidente de Junta da Freguesia da sede do Concelho. O que pensará o Sr. Presidente da Junta de Nossa Senhora da Piedade sobre o facto de perder o principal nó de acesso à sua cidade? Foi já respondido a defender o nó do Carregal. -----

Respeitamos o povo de Alburitel, mas a nossa missão aqui, e não o podemos esquecer, é defender o todo, é defender a esmagadora maioria do povo do concelho, mas mesmo assim, é importante salientar que Alburitel, seja qual for a decisão, será sempre uma das freguesias, senão a freguesia mais bem servida pelo IC9. -----

Disse” -----

-----Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores: João Carlos Gameiro Rodrigues; João Pereira Trezentos; Manuel Tavares Lopes; Mário João de Oliveira Santos e Natálio de Oliveira Reis. -----

----- De seguida, porque o solicitado pela Câmara Municipal não era suficientemente explícito, entendeu-se interromper a sessão por breves minutos, a fim de os líderes de

bancada, juntamente com os presidentes de ambos os órgãos, deliberativo e executivo, encontrarem uma solução que ultrapassasse a indefinição da proposta inicial. -----

Deste encontro, resultou, por unanimidade, um acordo que foi apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, senhora Carina João Reis Oliveira em nome de todos os líderes de bancada com assento neste órgão deliberativo, sob a forma de proposta, a qual se passa a reproduzir: -----

“Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere mandar o Senhor Presidente da Câmara para todas as diligências necessárias junto das instâncias adequadas para arranjar solução equilibrada, que sirva as melhores acessibilidades a Ourém, que esteja em espaço intermédio entre o nó de Alburitel e o nó reprovado de Penigardos”. -----

----- Face a esta proposta e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu-a, de imediato, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com um voto contra do Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel. -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor ELIAS DIAS DA SILVA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, referiu que não aceita a proposta apresentada porque a mesma vai contra o que anteriormente fora aprovado. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores: Joaquim dos Reis Gonçalves e Nuno Miguel Neves dos Prazeres. -----

02.13 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA DA SAÚDE NO CONCELHO DE OURÉM. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dez mil novecentos e trinta, datado de vinte e quatro do presente mês de Junho, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezasseis daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo da matéria, citada em epígrafe, dado que se está no concelho em face de

graves problemas ao nível das unidades de saúde sem que se vislumbram quaisquer medidas tendentes à resolução do problema. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata apresentou a seguinte declaração: “Em Ourém o sector da saúde vai de mal a pior. -- -----

As mudanças preconizadas pelo actual governo, têm vindo a degradar o acesso a este direito fundamental consagrado na constituição. -----

A situação de falta de médicos no concelho é de tal forma grave que a partir de terça-feira existirão 12.633 utentes sem médico de família e que obrigatoriamente terão que recorrer ao atendimento complementar que por sua vez não dispõe de médicos para assegurar o serviço.

Para se ter noção, o corpo clínico do Centro de Saúde prevê no seu quadro a existência de 26 médicos quando neste momento só conta com 16. -----

O Artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa determina no seu ponto seu ponto 3. alínea b) que “*para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado: **Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde**...*” -----

Continuamos a não compreender o tratamento dado a Ourém quando a Srª Ministra nem sequer tem em conta a gravidade da situação e remete um pedido de reunião sobre o assunto para quem até agora nada fez e só nos tem prejudicado. Se se pensou que haveria uma outra abertura por parte desta ministra desengane-se agora. -----

Vem o Sr. Colega do Partido Socialista, Dr. Gameiro, com honras de destaque de quase uma página num jornal Oureense, falar sobre o seu requerimento na Assembleia da República, como se o assunto tivesse sido por si “descoberto”. As gentes de Ourém com certeza que agradecem o empenho, mas a publicidade era dispensável. Não necessitamos de explicações. Queremos resultados. -----

Mas espante-se, pois aquilo que é referido no jornal é “chapa três” da carta de pedido de audiência que o Sr. Presidente *David Catarino* fez à Sr.^a Ministra. E o Dr. *António Gameiro* continua equivocado e a equivocar quem lê, apesar da bancada do PSD já o ter elucidado. Novamente o informamos que a decisão de encerramento do Hospital em Ourém não coube a esta cor política mas sim ao CDS que na altura comandava os destinos do município. O seu a seu dono. -----

Para finalizar voltamos a agradecer o empenho do Dr. Gameiro em conseguir pelo menos uma reunião com a Sr.^a Ministra da Saúde.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, sublinhando a gravidade da situação no concelho, provocada pela falta de médicos, apelou para que se unam esforços no sentido de se solucionar o mais rapidamente este grave problema que, no seu entender, já roça o indecoro. -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Dou também conhecimento a esta Assembleia do requerimento feito pelos deputados do PSD do distrito de Santarém, demonstrando que este Partido está atento e preocupado. -----

Se certamente um hospital resolveria o problema, também é certo que a curto prazo terá que ser resolvido o problema, que poderá passar pela contratualização de médicos, à semelhança do que é feito com Cuba no sector oftalmológico e outros países, mas nesta feita para cuidados primários de saúde, a pagar obviamente pelo Estado.” -----

= **MARGARIDA GOMES POETA**, em representação do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, expôs o seguinte: “Na ofensiva contra o Serviço Nacional de Saúde e contra o que a Constituição da República instituiu como direito à Saúde dos portugueses, infelizmente não casos como o de Ourém, pelo que demonstra uma política que não muda mesmo quando mudam os governantes. -----

O concelho de Ourém, dada a passividade da população vai perdendo também aqui. -----
Não devemos, de forma alguma, criticar ou atacar os profissionais de saúde. São trabalhadores como todos nós e, por isso mesmo, têm o direito à reforma, à baixa, às férias, etc. O que fazem

ou não fora desse tempo, só a eles diz respeito. Aproveitam o que o Ministério da Saúde e o Governo lhes permite. -----

Lembramos que normalmente em casos de reforma a resposta demora a ser dada e, nesta situação, foi explícita decisão. Não se acutelaram as consequências nestas saídas e não se pensaram alternativas para a falta de médicos. -----

O PSD bem questionou o Governo sobre esta situação no concelho, o PCP também o fez na Assembleia da República e, ao que parece, o PS também o fez. -----

Aguardamos resposta. A solução é política, pura e simplesmente. -----

A mudança desta política decadente do Serviço Nacional de Saúde é urgente para o bem do país e bem da saúde dos ouraenses.” -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.14 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se verificando, porém, qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte e horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO